

Endividamento equilibra economia

Analisando as diferenças nos ritmos de crescimento dos setores público e privado na economia brasileira, técnicos governamentais explicaram que o recurso à dívida pública através da emissão de títulos oficiais é o melhor caminho para se conter um processo de alargamento das funções do Estado. Ele cria uma interdependência entre as duas áreas e ainda remunera os empresários particulares que se dispõem a ser credores do governo.

"Por mais estranho que pareça, o débito público é a melhor forma de se evitar uma ação estatizante do Governo. Assim, não se pode criticar o fato de os bancos comerciais e outras empresas estarem apresentando nos seus balanços bons lucros provenientes de negociações com Letras do Tesouro Nacional e Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional". A observação, feita por técnicos governamentais, procura analisar as formas de equilibrar o peso dos setores público e privado na economia.

"A dívida pública é o mecanismo

que o Governo adota para aliviar a carga fiscal das empresas. Ao invés de aumentar os impostos, o Estado emite títulos, e ainda devolve uma parcela desses investimentos do setor privado através do pagamento de juros e correção monetária. Não é por acaso que os Estados Unidos, com um produto bruto de 1 trilhão de dólares, possuem uma dívida pública interna de 400 milhões de dólares."

Capital estrangeiro

Os técnicos governamentais informaram que a regulamentação sobre a entrada de capital estrangeiro para aplicação nas bolsas de valores brasileiras não deverá ser baixada antes que a nova Lei das Sociedades Anônimas seja encaminhada ao Congresso Nacional.

O Ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonson, e o presidente do Banco Central, Paulo Lira, viajam hoje para os Estados Unidos e apro-

veirão a oportunidade para discutir a matéria com banqueiros internacionais e autoridades de outros países.

As taxas de juros dos títulos do mercado financeiro somente serão reexaminadas pelo Conselho Monetário Nacional no mês de fevereiro. Uma das hipóteses que poderá ser estudada é a de que as taxas de juros desses papéis sejam liberadas, com o mercado fixando os seus próprios parâmetros. Paralelamente a essa medida, o Banco Central injetaria recursos no sistema financeiro toda a vez que as taxas atingissem um nível elevado por falta de liquidez no mercado.

Os técnicos governamentais acham que se as taxas de juros de financiamentos dos bancos de investimento e de outras operações de médio e longo prazo permanecerem nos percentuais em vigor, haverá uma menor demanda de crédito em 1975, e isto contribuirá, inclusive, para que a inflação seja contida. A meta de crescimento da economia a níveis de 10%, no entanto, poderá ser comprometida.

CDE analisa metas econômicas de 75

BRASILIA (O GLOBO) — O Conselho de Desenvolvimento Econômico — CDE — se reunirá pela primeira vez no ano na próxima quarta-feira, com o objetivo de elaborar um documento contendo as diretrizes do Governo referentes ao crescimento do Produto Interno Bruto — atualmente superior a Cr\$ 80 bilhões —, à contenção da inflação, balança de pagamentos e desenvolvimento social.

O documento não trará metas quantitativas. Será apenas uma orientação do Governo para a aplicação das metas previstas no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Segundo o Ministro Reis Veiloso, da Secretaria de Planejamento, o documen-

to conterá referências a indicadores econômicos e sociais, baseado no II PND.

— Esses índices referem-se a cinco anos, exatamente para que o Governo tenha a seu favor dois elementos: flexibilidade e rapidez, para atender a situações de emergência.

Entre os assuntos econômicos a serem analisados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, estão os novos programas de auto-suficiência de produtos petroquímicos, o de defensivos agrícolas e o de produtos não ferrosos, além do alumínio, que já tem seu programa específico. Esses programas já estão elaborados e começarão a ser estudados na quarta-feira.